

**Mulheres no Esporte: Visibilidade, desigualdades e relações
de gênero na produção científica brasileira**

Laryssa Sousa Arcari

Raissa França de Sant'Ana Ferreira

Orientador Prof. Me. Leonel Cardoso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia, 2026.

Mulheres no Esporte: Visibilidade, desigualdades e relações de gênero na produção científica brasileira

Laryssa Sousa Arcari

Raissa França de Sant'Ana Ferreira

Trabalho apresentado como requisito parcial da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Realizado sob orientação do prof. Me. Leonel Cardoso dos Santos.

Banca Examinadora:

Leonel Cardoso dos Santos, Ms. (PUC-GO)

Presidente da Banca: Professor-Supervisor

Wadson Arantes Gama, Ms. (PUC-GO)

Professor Convidado

Ana Isabela Almeida Egídio

Psicóloga do Atlético Clube Goianiense (ACG)

Data da Avaliação: ____/____/____

Nota final: _____

Resumo

O presente estudo teve como objetivo identificar e descrever como a literatura científica aborda a presença feminina nos esportes a partir da perspectiva de gênero. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, situada no campo da Psicologia Social do Esporte. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), contemplando publicações entre 2003 e 2025. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 artigos para análise. Os estudos foram examinados por meio de análise temática, permitindo a identificação de três eixos principais: barreiras e desigualdades estruturais no esporte; construção social do corpo feminino e normas de gênero; e representação e visibilidade das atletas. Os resultados indicam que, embora tenha ocorrido ampliação da participação feminina em diferentes modalidades esportivas, persistem desigualdades relacionadas ao acesso, investimento, reconhecimento e visibilidade. Conclui-se que a presença feminina no esporte permanece atravessada por relações históricas, sociais e culturais que impactam as possibilidades de participação, permanência e reconhecimento das mulheres nesse campo.

Palavras-chave: gênero; mulheres no esporte; desigualdades de gênero; mídia esportiva; esporte feminino.

Sumário

1. Introdução.....	1
1.1 Histórico da Participação Feminina no Esporte.....	1
1.2 Avanços e Retrocessos.....	2
1.3 Gênero, Estigmas e Papéis de Gênero no Esporte.....	3
1.4 Representações sociais.....	5
2. Método.....	7
3. Resultados.....	9
3.1 Barreiras e Desigualdades Estruturais no Esporte.....	9
3.2 Construção Social do Corpo Feminino e Normas de Gênero.....	11
3.3 Representação midiática.....	12
4. Discussão.....	14
5. Apontamentos finais.....	18
6. Referências.....	20

Mulheres no esporte: visibilidade, desigualdades e relações de gênero na produção científica brasileira

Laryssa Sousa Arcari

Raissa França de Sant'Ana Ferreira

Leonel Cardoso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

1. Introdução

1.1. Histórico da Participação Feminina no Esporte

A participação das mulheres no esporte ampliou-se ao longo das últimas décadas, acompanhando transformações sociais relacionadas às discussões sobre gênero e igualdade. Entretanto, essa inserção ocorreu de forma desigual, marcada por restrições sociais, culturais e institucionais que historicamente limitaram a presença feminina nesse campo (Tobar, 2017).

Desde a Antiguidade, práticas esportivas foram associadas ao universo masculino. Na Grécia Antiga, mulheres eram impedidas não apenas de participar, mas também de assistir aos Jogos Olímpicos, evidenciando a rigidez das normas de gênero naquele período (Scanlon, 2017). Com a consolidação do esporte moderno no século XIX, essa lógica foi reforçada por discursos que vinculavam o esporte competitivo à força, racionalidade e competitividade, atributos socialmente associados aos homens (Melo, 2007). Nesse contexto, a presença feminina passou a ser regulada por discursos médicos e morais que questionavam a compatibilidade entre prática esportiva e feminilidade, especialmente em relação à maternidade e à preservação do corpo feminino (Goellner, 2005).

Essa lógica também se expressou na organização institucional do esporte moderno. Nos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, realizados em 1896, o Barão

de Coubertin defendia abertamente que o papel das mulheres deveria restringir-se à contemplação, e não à prática esportiva (MacAloon, 1981). Tal posicionamento demonstra que a exclusão feminina não se restringia ao campo cultural, mas era legitimada por figuras centrais da organização esportiva.

No Brasil, essas restrições assumiram formas institucionais ainda mais explícitas. Conforme evidencia Goellner (2005), o Decreto-Lei nº 3.199/1941, posteriormente regulamentado pelo Conselho Nacional de Desportos em 1965, proibiu mulheres de praticarem modalidades consideradas incompatíveis com a “natureza feminina”, como futebol, lutas e halterofilismo. Essas proibições contribuíram para consolidar uma divisão simbólica entre esportes considerados adequados e inadequados para mulheres, cujos efeitos permanecem presentes nas formas contemporâneas de participação e reconhecimento feminino no esporte.

A partir da segunda metade do século XX, movimentos feministas e debates sobre igualdade de direitos favoreceram a ampliação da presença feminina em diferentes modalidades esportivas (Goellner, 2005; Altmann & Ayoub, 2017). Apesar desses avanços, a literatura aponta que desigualdades persistem em diferentes níveis, manifestando-se na distribuição desigual de investimentos, na menor visibilidade e nas dificuldades de profissionalização das atletas (Rossi, 2017). Assim, embora tenham ocorrido avanços importantes no acesso das mulheres ao esporte, a permanência de barreiras estruturais e simbólicas evidencia que as relações de gênero continuam atravessando esse campo.

1.2. Avanços e Retrocessos

A ampliação da inserção feminina no esporte não representa uma superação linear das desigualdades de gênero, mas um processo marcado simultaneamente por avanços e permanências (Goellner, 2006). Nas últimas décadas, observou-se crescimento significativo da produção acadêmica sobre gênero e esporte no Brasil, especialmente em estudos voltados à representação midiática, invisibilidade feminina e construção social do gênero nas práticas esportivas (Vimieiro et al., 2023). Esse movimento contribuiu para ampliar a visibilidade das experiências das mulheres e problematizar desigualdades historicamente naturalizadas no contexto esportivo.

Entretanto, o aumento da participação feminina e da produção científica sobre o tema não eliminou desigualdades estruturais presentes no esporte. Persistem dificuldades relacionadas ao acesso a recursos, investimento, reconhecimento e profissionalização das atletas (Rossi, 2017). Essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes em modalidades historicamente masculinizadas, nas quais mulheres frequentemente precisam reafirmar sua legitimidade para ocupar determinados espaços esportivos.

Além disso, fatores sociais e econômicos influenciam diretamente as possibilidades de participação esportiva. Pereira e Raiher (2020) demonstram que mulheres em contextos de maior vulnerabilidade social enfrentam limitações relacionadas à sobrecarga doméstica, restrição de tempo e dificuldade de acesso a espaços e recursos esportivos adequados. Esses aspectos evidenciam que as desigualdades no esporte não podem ser compreendidas apenas a partir do gênero de forma isolada, mas também em articulação com condições materiais e sociais que influenciam a permanência das mulheres nas práticas esportivas.

Outro aspecto relevante refere-se à permanência de mecanismos simbólicos que regulam a presença feminina no esporte. Conforme discute Rossi (2017), o reconhecimento das atletas frequentemente permanece associado não apenas ao desempenho esportivo, mas também à adequação a padrões de feminilidade socialmente valorizados. Dessa forma, a ampliação da participação feminina não elimina os mecanismos de controle e deslegitimação, mas os reorganiza em formas mais sutis de regulação.

1.3. Gênero, Estigmas e Papéis de Gênero no Esporte

O conceito de gênero constitui uma importante ferramenta analítica para compreender desigualdades sociais e relações de poder. Conforme Scott (1995, p. 75), gênero não se reduz às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas corresponde a construções sociais e históricas que organizam papéis, expectativas e formas de participação social.

No contexto esportivo, essas construções influenciam diretamente quais modalidades são socialmente associadas ao masculino ou ao feminino. Historicamente, esportes relacionados à força, contato físico e competitividade foram vinculados aos

homens, enquanto às mulheres foram atribuídas práticas consideradas compatíveis com padrões de delicadeza e feminilidade (Melo, 2007; Goellner, 2005). Dessa forma, normas de gênero atuam não apenas como regras explícitas, mas também como expectativas simbólicas que influenciam trajetórias, reconhecimento e permanência das atletas.

Essa perspectiva evidencia que os papéis de gênero não são naturais, mas socialmente produzidos e reproduzidos por diferentes instituições e práticas culturais. Conforme aponta Rossi (2017), essas expectativas atravessam processos de socialização e contribuem para a internalização de limites simbólicos relacionados à participação feminina no esporte. Assim, muitas mulheres passam a perceber determinadas modalidades como espaços pouco acessíveis ou incompatíveis com expectativas socialmente construídas sobre feminilidade.

Além disso, mulheres inseridas em modalidades historicamente masculinizadas frequentemente enfrentam questionamentos relacionados à competência, pertencimento e feminilidade, evidenciando que o reconhecimento esportivo permanece atravessado por critérios que extrapolam a performance. Nessas modalidades, o corpo feminino torna-se alvo de avaliações constantes, tanto em relação à capacidade esportiva quanto à adequação a padrões normativos de gênero.

A construção social do corpo feminino ocupa posição central nesse processo. Mulheres atletas são frequentemente avaliadas não apenas pelo desempenho técnico, mas também por aparência, comportamento e expressões corporais consideradas socialmente adequadas. Como aponta Rossi (2017), o corpo da atleta torna-se um espaço de disputa simbólica, no qual se articulam expectativas sociais sobre feminilidade, desempenho e legitimidade esportiva.

Desse modo, mesmo diante da ampliação da participação feminina no esporte, persistem mecanismos simbólicos que influenciam a forma como essas mulheres são percebidas, avaliadas e reconhecidas. Isso mostra que as desigualdades de gênero no contexto esportivo não se restringem ao acesso formal às modalidades, mas também envolvem processos culturais e sociais que regulam experiências, pertencimentos e formas de reconhecimento.

1.4. Representações sociais

A representação social pode ser compreendida, a partir da perspectiva de Stuart Hall (2016), como um processo ativo de construção de significados que influencia a forma como determinados grupos sociais são percebidos e valorizados. No esporte, as representações sociais não apenas refletem a participação das mulheres, mas também produzem sentidos sobre seus corpos, capacidades e papéis sociais, influenciando a maneira como sua presença é reconhecida e legitimada nesse campo.

Nesse contexto, diversos estudos indicam que as representações construídas em torno das mulheres atletas permanecem marcadas por desigualdades de gênero. Em muitos casos, elas são associadas a características estéticas, emocionais e comportamentais, enquanto aspectos relacionados ao desempenho técnico e ao rendimento esportivo tendem a receber menor valorização (Barreto, 2016). Dessa forma, ideias socialmente compartilhadas sobre feminilidade continuam influenciando a forma como as mulheres são percebidas e avaliadas no contexto esportivo.

Além disso, determinadas modalidades, como o futebol e as lutas, ainda são frequentemente associadas ao universo masculino, fazendo com que a presença feminina nesses espaços seja vista como algo excepcional ou fora do padrão esperado (Barreto, 2016). Essas representações contribuem para a naturalização de hierarquias de gênero no esporte, associando autoridade, competência e legitimidade esportiva predominantemente aos homens.

Hall (2016) argumenta que as representações não apenas refletem a realidade social, mas participam ativamente da produção de sentidos e identidades. Dessa forma, as representações sociais presentes no campo esportivo influenciam expectativas sobre como mulheres atletas devem se comportar, se apresentar e ser reconhecidas. Assim, contribuem para a manutenção de estereótipos de gênero, ao mesmo tempo em que podem constituir espaços de transformação e disputa por novas formas de reconhecimento e valorização da presença feminina no esporte.

A relevância das representações sociais no esporte pode ser observada na trajetória de atletas brasileiras que alcançaram ampla visibilidade pública. Marta, reconhecida internacionalmente como uma das maiores jogadoras da história do futebol, tornou-se um importante símbolo da presença feminina em uma modalidade historicamente associada

ao masculino. Sua trajetória contribuiu para ampliar o reconhecimento do futebol feminino e para questionar representações que restringiam a legitimidade das mulheres nesse espaço (FIFA, 2024).

De forma semelhante, Rebeca Andrade, ginasta artística, e Rayssa Leal, skatista, passaram a ocupar posição de destaque no cenário esportivo e midiático brasileiro, tornando-se referências para novas gerações de atletas. A visibilidade alcançada por Rebeca após os Jogos Olímpicos de Paris 2024, quando se tornou a maior medalhista olímpica da história do Brasil, e o reconhecimento internacional de Rayssa como uma das atletas mais influentes de sua geração evidenciam como determinadas figuras esportivas podem contribuir para a produção de novos sentidos sobre a participação feminina no esporte, ampliando espaços de identificação, reconhecimento e valorização social das mulheres atletas (Comitê Olímpico do Brasil, 2024; Veja, 2026).

Assim, as trajetórias dessas atletas contribuem para transformar as representações sociais das mulheres no esporte, fortalecendo sua legitimidade, ampliando oportunidades de reconhecimento e reforçando mudanças simbólicas que impactam a sociedade de forma mais ampla. No entanto, é importante reconhecer que ainda persistem barreiras significativas, como a desigualdade de investimentos, a menor cobertura midiática em comparação ao esporte masculino e a permanência de estereótipos de gênero. Dessa forma, embora os avanços sejam evidentes, a consolidação de representações mais igualitárias depende também da superação desses desafios estruturais e culturais.

2. Método

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, situando-se no campo da Psicologia Social do Esporte. Tal abordagem metodológica permite não apenas o levantamento da produção científica existente, mas também a compreensão de como determinado fenômeno vem sendo construído e interpretado no campo acadêmico. Segundo Rother (2007), as revisões de literatura constituem um importante recurso para sintetizar o conhecimento disponível, identificar lacunas e organizar diferentes perspectivas teóricas sobre um tema, sem necessariamente seguir a rigidez dos protocolos das revisões sistemáticas. Nesse sentido, a escolha por essa abordagem mostra-se coerente com o objetivo da pesquisa, que busca compreender como a presença feminina nos esportes vem sendo abordada e interpretada sob a perspectiva de gênero na literatura científica.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de buscas sistemáticas em bases de dados científicas amplamente reconhecidas nas áreas da saúde e das ciências humanas, especificamente a SciELO (Scientific Electronic Library Online) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionadas em razão de sua relevância acadêmica e abrangência de publicações científicas. A escolha dessas bases justifica-se pela relevância e abrangência de periódicos que contemplam produções nas áreas da psicologia, ciências sociais e estudos do esporte. Foram utilizados descritores relacionados à temática, como “gênero”, “mulheres no esporte”, “esporte”, “gênero e esporte”. As combinações entre os termos foram realizadas com o uso de operadores booleanos (AND / OR), estratégia que possibilitou tanto a ampliação quanto o refinamento dos resultados.

Foi estabelecido um recorte temporal entre os anos de 2003 e 2025, considerando a relevância desse período para as discussões contemporâneas sobre gênero e participação feminina no esporte. A delimitação permitiu reunir produções científicas voltadas às transformações recentes no campo esportivo, bem como às permanências de desigualdades estruturais e simbólicas presentes na experiência das mulheres no esporte.

Inicialmente, foram identificados 22 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, como a retirada de duplicatas, exclusão de publicações que não abordavam diretamente a relação entre gênero e esporte na prática esportiva e a

eliminação de materiais que não se configuravam como artigos científicos, o número foi refinado para 15 periódicos. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, resultando na seleção final de 12 artigos, que compuseram o corpus de análise desta pesquisa. Os critérios de inclusão contemplaram artigos completos, publicados em português, que abordassem diretamente a participação feminina no esporte, considerando aspectos como inserção, permanência, desigualdades e representações. Foram excluídos estudos que não focalizavam a experiência da mulher atleta ou que não dialogavam diretamente com os objetivos da pesquisa.

Após a seleção, os estudos foram analisados por meio de análise temática, baseada em leituras aprofundadas e sucessivas dos artigos, buscando identificar temas recorrentes relacionados à participação feminina no esporte. As categorias analíticas foram construídas a partir dos próprios dados emergentes, permitindo a organização dos resultados em eixos temáticos e a compreensão crítica das discussões presentes na literatura analisada.

3. Resultados

A partir da análise temática dos estudos, foram identificados três eixos principais de discussão: (1) barreiras e desigualdades estruturais no esporte; (2) construção social do corpo feminino e normas de gênero; e (3) midiáticas. A definição desses eixos ocorreu por meio da identificação de convergências entre os estudos, permitindo agrupar diferentes abordagens em categorias analíticas mais amplas.

3.1. Barreiras e desigualdades estruturais no esporte

A análise dos estudos selecionados mostra que a presença feminina nos esportes permanece atravessada por desigualdades estruturais que se manifestam em diferentes dimensões do contexto esportivo. De modo geral, os artigos convergem ao apontar dificuldades relacionadas ao acesso a espaços de treino, permanência nas modalidades e reconhecimento profissional, especialmente em esportes historicamente associados ao masculino (Oliveira, 2025; Salvini & Marchi Júnior, 2016; Martins et al., 2024).

No estudo de Oliveira (2025), desenvolvido a partir de uma análise interseccional das experiências de mulheres negras no surfe brasileiro, observa-se que a inserção dessas atletas ocorre em condições desiguais, marcadas pela articulação entre diferentes formas de opressão, especialmente relacionadas ao gênero, à raça e à classe social. A perspectiva interseccional compreende que essas dimensões não atuam de maneira isolada, mas se cruzam e produzem experiências específicas de desigualdade e exclusão. Nesse contexto, a autora evidencia que o surfe, historicamente associado a grupos socialmente privilegiados, impõe obstáculos adicionais a mulheres negras, que frequentemente enfrentam limitações econômicas, ausência de representatividade e discriminações estruturais, precisando desenvolver estratégias de permanência e resistência no esporte.

De forma semelhante, Salvini e Marchi Júnior (2016), a partir de relatos de jogadoras de futebol feminino, analisam como o preconceito de gênero se manifesta no cotidiano esportivo. Os autores identificam processos recorrentes de deslegitimação, como a associação do futebol feminino à baixa qualidade técnica, a comparação desigual com o futebol masculino e questionamentos relacionados à feminilidade e ao pertencimento das atletas à modalidade. (Martins et al., 2024, p. 12), por meio de uma

abordagem interseccional, demonstram que desigualdades de raça e classe intensificam as dificuldades de participação e continuidade das mulheres no futebol brasileiro.

Os estudos também evidenciam desigualdades relacionadas à distribuição de recursos, patrocínios e incentivos institucionais, impactando diretamente o desenvolvimento das trajetórias esportivas femininas (Martins et al., 2024; Salvini & Marchi Júnior, 2016). Essa precariedade aparece como um dos principais obstáculos à permanência das mulheres no esporte.

Além disso, modalidades historicamente associadas ao masculino, como futebol e lutas, ainda operam com critérios implícitos de pertencimento que dificultam a inserção feminina. No estudo de Silva et al. (2026), realizado com mulheres praticantes de lutas em contexto urbano, foram identificadas experiências recorrentes de preconceito, questionamento de competência e exclusão simbólica, indicando que a permanência dessas atletas frequentemente envolve o enfrentamento constante de barreiras sociais.

Do ponto de vista histórico, Melo (2007), por meio de análise documental de jornais, registros institucionais e práticas esportivas no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do século XX, demonstra que a participação feminina no esporte foi regulada por discursos médicos e morais. Tais discursos associavam a prática esportiva a possíveis prejuízos à saúde reprodutiva e à feminilidade, restringindo a participação das mulheres a modalidades consideradas adequadas, como ginástica e atividades de menor intensidade física. Esse processo contribuiu para a consolidação de uma divisão simbólica entre esportes apropriados e inapropriados para mulheres.

De forma complementar, Goellner (2005), ao analisar o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil a partir de fontes históricas e institucionais, evidencia que a modalidade foi marcada por processos de invisibilização e interdição formal, incluindo a proibição legal da prática por mulheres durante parte do século XX. Mesmo após a revogação dessas restrições, o futebol feminino continuou enfrentando dificuldades relacionadas à falta de investimento, baixa visibilidade e reconhecimento tardio, contribuindo para a persistência de desigualdades em sua estrutura e desenvolvimento.

3.2. Construção social do corpo feminino e normas de gênero

O segundo eixo temático refere-se à construção social do corpo feminino no esporte, evidenciando tensões entre desempenho esportivo e normas de feminilidade. Conforme discutido por Adelman (2003), o corpo da atleta não é percebido apenas como instrumento de performance, mas também como um espaço simbólico atravessado por expectativas sociais relacionadas ao gênero.

Os estudos indicam que atletas mulheres frequentemente enfrentam uma dupla exigência no esporte: além do desempenho competitivo, são avaliadas quanto à aparência, comportamento e adequação a padrões de feminilidade socialmente valorizados (Adelman, 2003; Cavalcanti et al., 2019). No estudo de Cavalcanti et al. (2019), baseado em relatos de mulheres ciclistas, as autoras identificam críticas recorrentes relacionadas ao corpo, à vestimenta e à expressão de força física, evidenciando tensões entre reconhecimento esportivo e expectativas de feminilidade.

Essas exigências tornam-se ainda mais evidentes em modalidades historicamente associadas ao masculino. No estudo de Silva et al. (2026), mulheres praticantes de lutas relatam situações em que sua presença é questionada não apenas em relação à capacidade técnica, mas também à aparência e à expressão corporal, frequentemente associadas à masculinização. De forma semelhante, Salvini e Marchi Júnior (2016) demonstram que jogadoras de futebol enfrentam processos contínuos de deslegitimação relacionados tanto ao desempenho esportivo quanto à necessidade de reafirmação de sua identidade feminina.

Nesse contexto, Pires (2021), a partir de uma abordagem fundamentada nos estudos de gênero, identifica mecanismos sociais e institucionais que regulam a feminilidade no esporte, denominados pela autora como “tecnologias de corpo”. Esses mecanismos envolvem práticas de vigilância e controle sobre aparência, comportamento e expressões corporais das atletas, influenciando formas de reconhecimento e legitimidade no campo esportivo.

3.3. Representação midiática

O terceiro eixo refere-se às representações sociais construídas em torno da presença feminina no esporte, evidenciando como diferentes discursos sociais contribuem para a produção e manutenção de desigualdades de gênero nesse contexto. De acordo com Souza e Knijnik (2007), as mulheres atletas recebem menor visibilidade e reconhecimento em comparação aos homens, fenômeno que não se restringe à quantidade de cobertura esportiva, mas reflete formas mais amplas de valorização social do esporte praticado por mulheres.

Furquim et al. (2021) demonstram que as narrativas produzidas sobre mulheres no futebol frequentemente enfatizam aspectos relacionados à aparência física, à feminilidade, à vida pessoal e aos comportamentos considerados socialmente adequados para as mulheres. Essas construções ultrapassam o âmbito esportivo e contribuem para a formação de representações sociais que associam a mulher a determinados papéis e expectativas de gênero, enquanto o desempenho esportivo tende a ocupar posição secundária. Dessa forma, reforçam-se concepções que limitam o reconhecimento das atletas como protagonistas de suas modalidades.

De maneira complementar, Pereira et al. (2014), ao analisarem a cobertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, identificam diferenças significativas na forma como homens e mulheres são apresentados ao público. Enquanto atletas homens costumam ser associados à competência, desempenho e competitividade, as mulheres são frequentemente representadas por características pessoais e emocionais. Tais distinções contribuem para a reprodução de representações sociais que legitimam a centralidade masculina no esporte e colocam a participação feminina em uma posição de constante necessidade de validação.

Os achados também se articulam às análises históricas de Melo (2007) e Goellner (2005), que evidenciam como a participação feminina no esporte foi marcada por processos de exclusão, controle e invisibilização ao longo do tempo. Embora tenham ocorrido avanços importantes na inserção das mulheres em diferentes modalidades esportivas, as representações sociais identificadas nos estudos analisados demonstram que permanecem mecanismos simbólicos que influenciam as formas de acesso, permanência, reconhecimento e valorização das atletas. Dessa maneira, o esporte configura-se como um espaço atravessado por disputas de significados, no qual as

relações de gênero continuam exercendo papel central na construção das experiências femininas.

4. Discussão

A participação das mulheres no esporte apresentou avanços importantes ao longo das últimas décadas, especialmente no que se refere à ampliação do acesso a diferentes modalidades e à maior presença feminina em competições esportivas. Entretanto, essa inserção continua atravessada por desigualdades historicamente estruturadas no campo esportivo. Conforme discutido por Goellner (2005) e Melo (2007), o esporte moderno foi organizado a partir de normas de gênero que associavam competitividade, força física e desempenho ao masculino, enquanto às mulheres eram atribuídas características relacionadas à fragilidade, delicadeza e passividade. Nesse contexto, a participação feminina ocorreu de forma limitada e regulada, sobretudo em modalidades consideradas incompatíveis com os padrões de feminilidade socialmente valorizados.

Modalidades historicamente masculinizadas, como futebol, lutas, surfe e ciclismo, permanecem marcadas por dificuldades relacionadas ao reconhecimento, à permanência e à valorização profissional das mulheres. Os achados de Salvini e Marchi Júnior (2016), Oliveira (2025) e Silva et al. (2026) indicam que muitas atletas ainda enfrentam questionamentos relacionados não apenas ao desempenho esportivo, mas também à adequação de seus corpos e comportamentos às expectativas sociais de gênero. Assim, embora restrições institucionais tenham sido formalmente superadas, persistem mecanismos simbólicos que influenciam as formas de pertencimento e legitimidade feminina no esporte.

As análises interseccionais também demonstram que os avanços relacionados à participação feminina não ocorrem de maneira homogênea. Mulheres negras e pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados enfrentam barreiras ainda mais intensas para acessar e permanecer em determinadas modalidades esportivas, especialmente aquelas que demandam maior investimento financeiro e infraestrutura específica. No estudo sobre o surfe brasileiro, por exemplo, Oliveira (2025) evidencia que atletas negras relatam dificuldades relacionadas à baixa representatividade, à ausência de patrocínio e à limitação de oportunidades competitivas. Dessa forma, as desigualdades presentes no esporte mostram-se atravessadas simultaneamente por diferentes marcadores sociais, produzindo experiências distintas entre as próprias mulheres.

Outro aspecto recorrente refere-se à contradição entre visibilidade e reconhecimento. Embora a participação feminina tenha se tornado mais presente em competições esportivas e na mídia, essa visibilidade frequentemente ocorre de maneira desigual e condicionada a expectativas relacionadas à feminilidade. As atletas continuam sendo avaliadas não apenas pelo desempenho esportivo, mas também por critérios relacionados à aparência física, comportamento e adequação a padrões sociais de gênero. Assim, o aumento da presença feminina no esporte não eliminou as desigualdades historicamente estruturadas nesse campo, passando a coexistir com novas formas de vigilância, controle e legitimação das experiências femininas.

As desigualdades presentes no esporte não se restringem às condições materiais de acesso e permanência, manifestando-se também por meio de processos simbólicos que regulam a forma como as mulheres ocupam esses espaços. Nesse sentido, modalidades historicamente associadas ao masculino continuam operando a partir de expectativas relacionadas ao corpo, à feminilidade e ao comportamento das atletas. Conforme discutido por Scott (1995, p.75), as relações de gênero constituem formas historicamente construídas de organização social, produzindo distinções simbólicas que influenciam modos de reconhecimento e pertencimento.

Pesquisas sobre futebol, lutas, surfe e ciclismo evidenciam que muitas atletas enfrentam processos recorrentes de deslegitimação relacionados não apenas à capacidade esportiva, mas também à adequação às normas de feminilidade socialmente valorizadas. Conforme discutido por Rossi (2017), o esporte permanece atravessado por representações sociais que estabelecem distinções entre modalidades consideradas apropriadas ou inadequadas para mulheres. Nesse contexto, força física, competitividade e determinadas expressões corporais ainda são frequentemente associadas à masculinização, fazendo com que muitas atletas vivenciem a necessidade constante de reafirmar feminilidade, competência e pertencimento.

Além disso, o corpo feminino ocupa posição central nos processos de reconhecimento das atletas. Conforme discutido por Adelman (2003), o corpo da mulher no esporte ultrapassa a dimensão da performance esportiva, tornando-se também alvo de avaliações relacionadas à aparência, comportamento e expressão corporal. Os achados de Cavalcanti et al. (2019) e Pires (2021) indicam que atletas mulheres continuam

submetidas a formas sutis de vigilância e controle simbólico, especialmente em modalidades historicamente masculinizadas. Dessa forma, o reconhecimento esportivo feminino permanece condicionado não apenas ao desempenho técnico, mas também à manutenção de padrões de feminilidade socialmente legitimados.

Também se destacam os impactos subjetivos produzidos por essas exigências. Muitas atletas percebem a necessidade de adaptar comportamentos, aparência e formas de expressão para alcançar maior aceitação social e reconhecimento profissional. Assim, as desigualdades de gênero no esporte não se manifestam apenas em aspectos objetivos, como investimento ou infraestrutura, mas também em mecanismos simbólicos que regulam os corpos e as formas consideradas legítimas de ser mulher no contexto esportivo.

A mídia exerce papel central na produção e manutenção das desigualdades de gênero no esporte. Conforme discutido por Hall (2016), os processos de representação não apenas refletem a realidade social, mas também produzem significados e formas de reconhecimento simbólico. Nesse sentido, mulheres atletas continuam recebendo menor visibilidade esportiva e sendo representadas de maneira distinta dos homens, frequentemente com maior ênfase em aspectos relacionados à aparência física, comportamento e vida pessoal.

Os trabalhos de Souza e Knijnik (2007), Furquim et al. (2021) e Pereira et al. (2014) demonstram que a cobertura midiática do esporte feminino tende a valorizar elementos externos ao desempenho esportivo, enquanto atletas homens são mais frequentemente associados à competência técnica, liderança e rendimento competitivo. Conforme discutido por Barreto (2016), essas formas de representação contribuem para reforçar padrões normativos de feminilidade e para manter o esporte como um espaço simbolicamente associado ao masculino.

Além disso, atletas inseridas em modalidades historicamente masculinizadas tendem a sofrer maior vigilância sobre seus corpos e comportamentos, evidenciando que a visibilidade feminina no esporte frequentemente permanece condicionada à adequação a expectativas sociais de gênero. Dessa forma, a mídia atua não apenas como espaço de divulgação esportiva, mas também como mecanismo de produção e manutenção de

desigualdades simbólicas que influenciam diretamente as formas de reconhecimento e valorização das atletas.

Assim, os avanços relacionados à participação feminina no esporte coexistem com permanências históricas e mecanismos contemporâneos de desigualdade. Embora haja ampliação da presença e da visibilidade das mulheres no campo esportivo, essa inserção ainda ocorre em condições marcadas por assimetrias de reconhecimento, exigências normativas e dificuldades de valorização profissional. Dessa forma, o esporte permanece atravessado por relações de gênero que influenciam diretamente as possibilidades de acesso, permanência e legitimação das mulheres atletas.

5. Apontamentos Finais

O presente estudo teve como objetivo identificar e descrever como a literatura científica aborda a presença feminina nos esportes a partir das questões de gênero. A análise dos estudos permitiu compreender que a inserção das mulheres no campo esportivo ocorreu historicamente de maneira desigual, atravessada por barreiras sociais, institucionais e simbólicas que influenciam tanto o acesso quanto a permanência e o reconhecimento das atletas. Conforme discutido por Goellner (2005) e Melo (2007), o esporte foi historicamente constituído como um espaço associado ao masculino, aspecto que contribuiu para a consolidação de desigualdades ainda presentes na contemporaneidade.

Embora tenham sido observados avanços relacionados à ampliação da participação feminina e à maior visibilidade das mulheres no esporte, os achados evidenciam que essas transformações coexistem com desigualdades persistentes, especialmente em modalidades historicamente masculinizadas. Os estudos analisados demonstram que as relações de gênero continuam influenciando as experiências femininas no esporte por meio de expectativas sociais relacionadas ao corpo, à feminilidade e aos papéis de gênero, conforme discutido por Rossi (2017). Além das dificuldades estruturais, como menor investimento e reconhecimento profissional, observou-se a permanência de mecanismos simbólicos que condicionam a legitimidade das atletas não apenas ao desempenho esportivo, mas também à adequação a normas sociais de feminilidade.

Da mesma forma, a análise das representações sociais evidenciou que a visibilidade das mulheres no esporte ainda ocorre de maneira desigual, frequentemente marcada pela valorização de aspectos estéticos e pessoais em detrimento da performance esportiva, aspecto também discutido por Hall (2016). Nesse sentido, os estudos analisados demonstram que a ampliação da presença feminina no esporte não implica, necessariamente, igualdade nas formas de reconhecimento e valorização das atletas.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível mapear produções científicas sobre mulheres no esporte, identificar categorias temáticas predominantes na literatura e analisar como o conceito de gênero aparece nas interpretações dos estudos selecionados. Também foram identificadas lacunas importantes na produção científica,

especialmente relacionadas às abordagens interseccionais e às experiências de mulheres pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados, indicando a necessidade de ampliação das pesquisas na área.

Diante disso, conclui-se que o esporte permanece como um espaço atravessado por relações de poder e por disputas simbólicas relacionadas ao gênero. Assim, compreender a construção social da presença feminina no esporte torna-se fundamental para problematizar desigualdades historicamente naturalizadas e contribuir para a produção de práticas esportivas mais inclusivas e equitativas.

Referências

- Adelman, M. (2003). Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 445–465. [<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200006>]
- Altmann, H., & Ayoub, E. (2017). Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. *Revista Estudos Feministas*.
- Barreto, M. H. C. (2016). A representação feminina na mídia esportiva: estereótipos e invisibilidade das atletas no discurso midiático. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 2 (Especial), 775–789.
- Brasil. (1941). *Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941: Estabelece as bases de organização dos desportos no Brasil*. Diário Oficial da União.
- Cavalcanti, T. de S., Santos, A. B. L., Moura, C. B. G., & Moura, D. L. (2019). “Eu sou Barbie e sou bruta”: o empoderamento no ciclismo. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54777. [<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254777>]
- Comitê Olímpico do Brasil. (2024, agosto 5). Na última dança, Rebeca Andrade é ouro no solo e se isola como maior medalhista do Brasil em Jogos Olímpicos. COB. <https://www.cob.org.br/comunicacao/noticias/na-ultima-danca-rebeca-andrade-e-ouro-no-solo-e-se-isola-como-maior-medalhista-do-brasil-em-jogos-olimpicos>
- FIFA. (2024, dezembro). Marta vence o Prêmio Marta no The Best FIFA Football Awards 2024. FIFA. <https://www.fifa.com/en/the-best-fifa-football-awards/2024/articles/marta-winner-2024-marta>
- Furquim, A. A., et al. (2021). Mulheres no futebol: uma análise midiática pela perspectiva dos estudos culturais. *Revista Pensar a Prática*, 24, e68583. [<https://doi.org/10.5216/rpp.v24.68583>]
- Goellner, S. V. (2005). Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(2), 143–151. [<https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>]
- Goellner, S. V. (2006). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, 8(1), 85–100. [<https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>]
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação* (A. Ituassu, Org.; D. Miranda & W. Oliveira, Trads.). Ed. PUC-Rio; Apicuri.
- MacAloon, J. J. (1981). *This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern Olympic Games*. University of Chicago Press.

- Martins, M. Z., Delarmelina, G. B., & Souza, L. C. de. (2024). Mapeando as margens do futebol de mulheres no Brasil: um olhar interseccional sobre as experiências e as barreiras para a prática desse esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 46, e20240061. [https://doi.org/10.1590/rbce.46.e20240061]
- Melo, V. A. de. (2007). Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*, 27(54), 127–152. [https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200008]
- Oliveira, M. T. E. de. (2025). Ondas de exclusão e resistência: a interseccionalidade e a luta das mulheres negras no surfe brasileiro. *Mediações*, 30, e51668. [https://doi.org/10.5433/2176-6665.2025v30e5166]
- Pereira, E. G. B., Pontes, V. S., & Ribeiro, C. H. de V. (2014). Jogos Olímpicos de Londres 2012: brasileiros e brasileiras em foco. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), 653–659. [https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200016]
- Pereira, M. C., & Raiher, A. P. (2020). A prática esportiva feminina no Brasil: ênfase na condição de pobreza. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 42(2), e52806. [https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i2.52806]
- Pires, B. G. (2021). Pânicos de gênero, tecnologias de corpo: regulações da feminilidade no esporte. *Revista Estudos Feministas*, 29(2), e79320. [https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279320]
- Rossi, J. A. (2017). *(Des)construindo atletas olímpicas: análise das práticas discursivas sobre mulheres atletas no contexto das Olimpíadas de 2016* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás). TEDE PUC Goiás. [https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3705]
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v–vi. [https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001]
- Salvini, L., & Marchi Júnior, W. (2016). “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 30(2), 303–311. [https://doi.org/10.1590/1807-55092016000200303]
- Scanlon, T. F. (2017). The Heraea, ancient Olympics, and the body image of Greek women. In D. L. Claussen (Ed.), *The Oxford handbook of sports and spectacle* (pp. 165–182). Oxford University Press.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
- Silva, F. C. da, Vieira, R. A. G., & Reis, F. P. G. dos. (2026). Preconceito de gênero nas lutas esportivas: um estudo de mulheres praticantes em uma cidade do interior paulista. *Conexões*, 22, e024036.

- Souza, J. S. S., & Knijnik, J. D. (2007). A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 21(1), 35–48. [<https://doi.org/10.1590/S1807-55092007000100004>]
- Tobar, L. A. (2017). A dimensão sociopolítica do esporte para mulheres. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 31(3), 591–602.
- Veja. (2024, setembro 18). Rayssa Leal é uma das atletas mais influentes do mundo, segundo revista Time. Veja. <https://veja.abril.com.br/esporte/rayssa-leal-e-uma-das-atletas-mais-influentes-do-mundo-segundo-revista-time/>
- Vimieiro, A. C., Rodrigues Eugênio, F., & Pilar de Souza, O. L. (2023). A produção acadêmica sobre mídia, gênero e esporte no Brasil (2000–2020): reflexões a partir da Comunicação. *Revista Eco-Pós*, 26(3), 196–222. [<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i3.28002>]